



Anais da Assembléia

Nº 18

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE MARÇO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 1979

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Domício Scaramella e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 83/78.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1979.

(a) Pinto Dias

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 02/79, que declara de utilidade pública a "Fundação FUNDALUZ", com sede nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(a) Airton Cordeiro

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Paulo Paluk, ocorrido no último sábado, na cidade de Irati, aos 72 anos de idade.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(a) Ezequias Losso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o Plenário desta Casa, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO CONTI, ocorrido em Bituruna, Estado do Paraná.

Nome ligado intimamente à família e à sociedade daquela cidade, fazendeiro e industrial o qual muito contribuiu para o progresso do Município de Bituruna.

O seu passamento deixa consternada a família e a sociedade, sentimo-nos no dever de externar nosso profundo pesar e nossa solidariedade aos seus familiares.

Requer, ainda, que desse pronunciamento seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(a) Domício Scaramella

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo passamento, ocorrido em 12 de março do corrente ano, na cidade de Jaboti, neste Estado, do Sr. BENEDITO FAUSTINO DA SILVA, filho do Sr. Joaquim Faustino Filho, ex-Prefeito daquela municipalidade, onde o mesmo residia há muitos anos.

Tal passamento consternou profundamente a sociedade jabotense, tendo em vista a grande estima, respeito e amizade que o extinto angariou durante sua vida, quer no setor público, familiar e privado.

Requer, ainda, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência, ao acima citado pai do falecido, à Câmara e Prefeito municipais.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(a) Gabriel Manoel

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer, ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da Casa, de voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido ontem, em Londrina, do Sr. Álvaro Godoy.

Um dos pioneiros na região norte paranaense, Álvaro Godoy foi um extraordinário batalhador em favor da causa da cafeicultura, e exerceu, várias vezes, o mandato de Vereador na cidade de Londrina.

Solicita, ainda, o requerente, que da aprovação deste se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(a) Fiori Luiz

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, submete à apreciação desta douta Casa, o pedido de envio de voto de solidariedade ao Comitê Brasileiro Pela Anistia-Curitiba, por solidarizar-se com os operários metalúrgicos de São Paulo.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(a) Gernote Kirinus

JUSTIFICATIVA:

Entendendo que os trabalhadores em greve e suas famílias precisam e merecem apoio, solidariza-se com o Comitê Brasileiro pela Anistia - Seção de Curitiba, que também sente da mesma forma a necessidade de apoio unânime àqueles trabalhadores, por estarem os mesmos sozinhos na luta que a CBA/Curitiba e este Deputado considera justa.

Nesta oportunidade, convida os nobres Deputados para se fazerem presente neste dia 28, às 19,00 horas, no auditório da Igreja Guadalupe, ocasião em que será debatido o assunto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à Igreja Adventista do Sétimo Dia - Central de Curitiba, pelo transcurso de mais um aniversário da TELEPAZ - o telefone da paz, comemorado solenemente no dia de ontem.

O referido serviço tem proporcionado notável apoio a milhares de pessoas que diariamente discam o número 23-2193, em busca de uma mensagem oportuna.

Outrossim, aprovado o presente requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Pastor Wady Bechara, coordenador da Telepaz, e ao Pastor Irajá da Costa e Silva, líder da Igreja Adventista do Sétimo Dia, Central de Curitiba.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(a) Ezequias Losso

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário da Educação, no sentido da construção de uma Escola de Primeiro Grau, no Jardim São Francisco de Assis, em Londrina, em terreno de 2.500 m², já doado pela Prefeitura local.

É preciso sublinhar que tal iniciativa virá beneficiar aproximadamente 250 crianças, na faixa etária de 07 a 12 anos, não só do referido Jardim, mas também do Conjunto Monções e Jardim Eliza.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(a) Fiori Luiz

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos à agência DIRETRIZ EMPREENDIMENTOS S/A., pela realização da "MOVEX/79", que pela sexta vez é apresentada em Curitiba, sempre com êxito total.

Requer, outrossim, que do presente, dê-se ciência ao jornalista Carlos Jung e demais diretores da organização homenageada.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(a) Mário Celso

JUSTIFICATIVA:

Reunindo 62 expositores, dos quais 13 de outros Estados, a MOVEX/79 movimentou o mundo moveleiro, incentivando a sua produção e seus lançamentos, além de possibilitar vantagens para o mercado consumidor. Inaugurada no dia 23 de março último, marcou a abertura das atividades deste ano da Diretriz Empreendimentos, que tem realizado e coordenado festividades importantíssimas, como as que citamos a seguir: "EXPOMAC", "CONTROL", "ENGENHAB", "Salão da Energia" - Homenagem aos 25 anos da COPEL, "Informação Profissional", "FENAI", "Festival da Criança", "FENAM" e "Salão

da Mulher". Numa perfeita organização as feiras são lançadas e colocadas à disposição da população, motivando milhares de visitas. Desta forma, merece a melhor homenagem desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado o ofício ao Senhor Prefeito Municipal de Carlópolis, solicitando especial atenção para o bairro Jardim Bandeirantes, onde a população local vem sofrendo com a falta de melhorias e benefícios.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(a) Mário Celso

JUSTIFICATIVA:

Para melhor justificar o presente requerimento, cito trecho do documento (abaixo-assinado) enviado pelos moradores do bairro ao Prefeito de Carlópolis: "Com base no regime "democrático" vigente no Brasil, onde todo cidadão tem o direito de reclamar o que lhe é direito, nós, os moradores do Jardim Bandeirantes, através deste documento, expomos a V. Ex.^a nossos problemas; com o objetivo de requerer as devidas providências, sem argumentos, nem desculpas contraditórias. Somente neste ano, sofremos três inundações por causa dos temporais, devido a falta de tubulação para o escoamento das águas pluviais e também por causa das ruas, avenidas e estradas que, construídas em nível superior ao normal, contribuem para piorar a situação". Depois, eles citam no documento os problemas maiores do bairro, como falta de galerias para escoamento das águas, ruas com nível superior ao normal, trânsito pesado passando pelas ruas principais e outros mais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Dr. ARMANDO DE OLIVEIRA STRAMBI, DD. titular da Superintendência dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, solicitando sejam tomadas providências urgentes, no sentido de sanar o problema gravíssimo da poluição causada por serrarias instaladas na cidade de CATANDUVAS, especificamente nos Rios Passo Liso e Catanduvás.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(a) Fidelcino Tolentino

JUSTIFICATIVA:

Há vários anos a população da cidade de Catanduvás vem sofrendo com o problema da poluição causada pelas serrarias ali instaladas e inúmeras e constantes têm sido as reclamações e apelos no sentido de que se encontre uma maneira de solucionar a questão.

Os Rios Passo Liso e Catanduvás, em decorrência dos detritos neles despejados pelas serrarias, produzem uma espuma constante, de coloração chumbo-escuro e suas águas estão completamente poluídas, ocasionando a morte dos peixes.

Urge, pois, que sejam tomadas providências imediatas no sentido de sanar este gravíssimo problema, especialmente nesta época em que se está em plena campanha pela preservação do meio ambiente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, solicita após ouvido o Plenário desta Casa, o envio de ofício ao IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; TRE - Tribunal Regional Eleitoral; Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando os seguintes dados: IBGE - fornecimen-

to de dados demográficos do Distrito de Missal; TRE — número de eleitores; Tribunal de Contas, sobre arrecadação verificada até o presente ano. Solicita mesmos dados a serem fornecidos pelos mesmos órgãos para os Municípios de Matelândia, ou melhor neste município para os seguintes Distritos: Ramilândia e Diamante do Oeste.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(a) Gernote Kirinus

JUSTIFICATIVA:

Tais solicitações se fazem necessárias para a formação do processo de informações necessárias para aqueles distritos acima mencionados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Ex.^{mo} Sr. Governador do Estado, solicitando urgentes providências visando a pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede do Município de Altônia, com a sede do Município de Francisco Alves, passando pelo Administrativo de Jardim Paredão, do Município de Altônia — localidade de Leomar, no Município de Iporã, numa extensão de aproximadamente quarenta (40) quilômetros.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(a) Antônio Facci

JUSTIFICATIVA:

A estrada pretendida servirá a uma extensa região agrícola, explorada por cafeicultores que necessitam urgentemente de uma ligação por estrada pavimentada com a região Oeste do Estado, principalmente, por tratar-se de interesses econômicos e sociais comuns entre os municípios que pretendem referida ligação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando urgentes providências, visando a pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede do Município de Altônia e o Distrito Administrativo de São Jorge, no mesmo município numa extensão de aproximadamente quinze (15) quilômetros.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(a) Antônio Facci

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de São Jorge, no Município de Altônia, representa hoje, uma das comunidades que experimenta um progresso dos mais significativos em nosso Estado. Sua população, trabalhadora e ordeira, dedica-se ao cultivo do café, representando por isso, uma das poucas áreas rurais que podem desenvolver seu centro comercial nos moldes tradicionais em nosso Estado. Mesmo não sendo ainda sede municipal, São Jorge anseia por sua emancipação. Sua produção é das maiores por área e mesmo assim, não conta com estrada pavimentada para escoamento de seus produtos. Urge portanto, que providências sejam tomadas visando dotar aquela comunidade de estrada pavimentada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que este Poder Legislativo, solicite informações junto à Secretaria de Segurança Pública, na pessoa de seu titular, a respeito do FUNRESTRAN, fornecendo a esta Casa de Leis, os seguintes dados: o total arrecadado no exercício de 1978; o quanto foi arrecadado no interior e o quanto foi arrecadado na Capital; quais os critérios

de aplicação dos recursos provenientes do FUNRESTRAN, bem como, o quanto foi aplicado em Curitiba e o quanto foi aplicado no interior do Estado, tudo referente ao exercício de 1978.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(a) José Tavares

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de informações, justifica-se, pelo fato da necessidade de sabermos, qual foi a aplicação dada aos recursos provenientes do referido Fundo, bem como, o quanto foi aplicado no Interior do Estado (em termos de valores) e o quanto foi aplicado nesta Capital, no exercício de 1978. Urge, ainda, a necessidade de sabermos qual a finalidade específica do Fundo, bem como, no que foi aplicado (em termos de destinação), visando com isso resguardar os interesses de todas as Prefeituras do Estado, nesse setor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Sendo quinta-feira, dia 29 de março, data do aniversário de Curitiba, propomos à Mesa que consulte o Plenário sobre a não realização, nessa ocasião da Sessão Ordinária.

Requeremos, se aprovado o presente, que as atividades de sexta-feira, dia 30, se destinem a trabalhos das Comissões.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(aa) Erondy Silvério e Nilso Sguarezzi

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 19/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Escola de Pais do Brasil - Seção de Curitiba", com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

A Escola de Pais do Brasil - Seção de Curitiba, tem por finalidade aprimorar a formação dos pais, de modo que, pelo estabelecimento de psico-pedagogia que lhes é proporcionado, possam melhor educar os filhos e cumprir sua função na família e na sociedade, promovendo um maior entrosamento entre a família, a escola e a comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra com satisfação a presença em nosso plenário, do Sr. Deputado Federal Sebastião Rodrigues, bem como dos Srs. Vereadores do Município de Umuarama, Sebastião Calisto Barbosa, Presidente da Câmara Municipal, que se faz acompanhar dos Srs. José Granderussi e Inácio Pereira Pinto.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra. — (Pausa). — Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, segundo orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estabeleceu-se o conflito entre o capital e o trabalho. E realmente, já não é sem tempo que as forças assalariadas deste País, sejam elas as de nível profissionalizante ou de curso médio, sem curso ou de curso superior, precisavam tornar-se efetivas e vir perante a Nação, colocar-se à frente daqueles que tomaram o poder, sem sustentação de legitimidade. E dizer que entre legalidade e legitimidade, vai uma larga distância que já era definida

por Grócio na Antigüidade. E a falência do modelo econômico, baseada na elitização da participação dos lucros da empresa, agora vem a público, com todas as suas implicações de nível social.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Aí está a greve dos metalúrgicos, seguida pela greve dos médicos, dos professores, dos garis, dos táxis e de tantos outros setores ou segmentos sociais. E este conflito que se estabeleceu na sociedade, nada mais é do que a subtração do fruto do trabalho do trabalhador, dos trabalhadores que hoje, agregados nos sindicatos, hoje agregados nas entidades de classes que são a expressão das suas aspirações; que são conquistas travadas pelo trabalhador no curso dos longos anos; seja da Europa, seja dos Estados Unidos, seja do Terceiro Mundo.

Aí está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a necessidade da sociedade civil por inteiro, dar a sua parcela de contribuição, de apoio, para que o povo se levante diante das metas econômicas de grande vulto, que marginaliza o trabalhador, que sacrifica as famílias, que dilacera as células da sociedade. E o que é melhor, Sr. Presidente, a conscientização dos trabalhadores hoje no Brasil, sobretudo dos trabalhadores urbanos, é a expressão de vigor do pensamento e da repulsa que este mesmo povo tem, para com o modelo econômico, político e institucional, instalado em 1964 neste país. E as lideranças que congregam hoje essas forças, principalmente nas expressões desses dois líderes máximos do Sindicato dos Metalúrgicos, que é Lula e Benedito Marcílio. Entretanto, o Governo ao estender as mãos, pelo menos no papel, pelo menos nas declarações da imprensa, diz que estendeu a sua mão para que haja uma conciliação na sociedade civil brasileira, para que se instale neste País a redemocratização.

Mas, o que se vê, Sr. Presidente, é o Ministro do Trabalho usando de uma lei espúria que já deveria não existir mais no rol da legislação brasileira - a lei anti-greve. Baseado neste lei, este Ministro mantém, determina e ousa decretar a intervenção nos Sindicatos Metalúrgicos. E os homens que dirigem esses sindicatos, pacificamente, ordeiramente, recebem o corte, a ceifa do estado de emergência. Estado de emergência substituído do Ato Institucional n.º 5, que quanta angústia trouxe e vem trazendo para esta Nação, esses dois líderes pedem a seus sindicalizados, aos seus liderados, que mantenham calma e que, nas expressões - só voltaremos ao trabalho quando os patrões derem o nosso aumento, pagarem os dias que estivemos parados e fizerem voltar aos sindicatos as verdadeiras diretorias que foram eleitas por esses sindicalizados. E o líder do Governo, Sr. Presidente, para concluir, o Líder do Governo na Câmara dos Deputados, que nega a sua origem, a sua origem libertária que é a origem gaúcha, vai à imprensa e declara - mas tentar recuperar a Presidência de fato, na marra, não será tolerado. É a declaração, Sr. Presidente, negativa de que há boas intenções do Governo de redemocratizar este País. Se o Governo redemocratizar, volte atrás nesse ato arbitrário e reponha, a nível de liderança legítima, a diretoria dos sindicatos metalúrgicos do Estado de São Paulo. Volte, outra vez às negociações e, o MDB, creio eu, não falo pela liderança, mas creio eu, estará também dando a sua sustentação de legitimidade para que aquela diretoria alcance os objetivos finais dos trabalhadores.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, quero deixar, aqui, o meu protesto contra a truculência policial.

Realmente, cenas verificadas no Centro de Curitiba na última sexta-feira, foram deprimentes quando policiais bateram em estudantes que deixavam um local de cultura, revoltando toda classe estudantil; ferindo o mundo artístico e provocando indignação na população, forte aparato policial, composto de

soldados da Polícia Militar e agentes da Delegacia de anti-tóxicos, com armas pesadas, invadiram a Galeria Júlio Moreira, no centro da cidade, batendo em estudantes e prendendo suspeitos.

Mais do que lamentável, é realmente intolerável o que ocorreu na última sexta-feira, por volta das 22:00 horas, defronte o Teatro Universitário. Cerca de dez estudantes, entre moças e rapazes, foram detidos a título de averiguações, quando deixaram o teatro, onde foram assistir o "show" do cantor Ivo e do Grupo Blindagem. Os policiais ficaram do lado de fora do teatro, na passarela da Galeria Júlio Moreira, aguardando a saída dos expectadores, agredindo mais tarde vários estudantes de forma covarde e vergonhosa. Os responsáveis pela segurança do povo armados com "Winchesters" e outras armas de grosso calibre, agrediam e intimidavam o próprio povo que os sustenta através dos impostos pagos.

Se esses métodos já são por si mesmo abusivos em relação ao tratamento com delinquentes perigosos e marginais, eles se tornam inomináveis contra pessoas que têm a sua ficha limpa e, em especial, quando se trata de jovens, cujo único crime às vezes se afigura ser o de assistir um "show de rock" ou passear à noite no centro da cidade. Geralmente quando ocorrem prisões deste tipo, o tratamento é como se estivessem lidando com um bando de rebeldes, como se essa fosse uma idade associada invariavelmente à irresponsabilidade. Não negamos que exista - numa cidade grande como Curitiba -, muitos "filhinhos de papai", que cometem, à sombra de nomes ilustres e respeitáveis, toda a sorte de impunidades. Porém, existem também os jovens responsáveis e corretos. Não devemos e nem podemos confundí-los.

O que ocorreu defronte ao Teatro Universitário de Curitiba, foi deplorável. Jovens foram espancados e colocados em camburões. Um policial civil, descrito apenas como sendo de baixa estatura, teria comandado as agressões aos estudantes. Logo que as pessoas saíam do teatro, se consideradas suspeitas, eram atingidas a socos e pontapés, principalmente no rosto. A cena foi tão chocante que levou um agente a protestar contra um seu colega. Um jovem caiu e, no chão, foi pisoteado pelo agente baixo de revólver na cintura e por um policial da PM. A cena foi triste. Traumatizou vários estudantes, além de prejudicar o próprio teatro paranaense, pois quem agora terá a tranquilidade de assistir um "show" no Teatro Universitário? A truculência policial mais uma vez se fez presente, mostrando instrumentos de violência e ilegalidade."

É uma vergonha, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tal fato aconteça na capital universitária do País; quando se fala em abertura, o que notamos é abertura de locais de munições para que as armas saiam às ruas e sejam utilizadas justamente contra aqueles que representam o futuro do País, contra os estudantes.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 14, próximo passado, havíamos proposto requerimento a esta Casa, requerendo um voto de solidariedade aos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo, e aos professores do Estado do Rio de Janeiro, pela luta em prol de melhores salários, e cujo requerimento, naquela oportunidade, foi indeferido por esta Casa.

E novamente, na sexta-feira última, dia 23, formulamos um requerimento de voto de solidariedade específico aos metalúrgicos de Santo André, São Caetano do Sul e São Bernardo, pela sua luta em prol de melhores salários, e principalmente por terem esses três referidos Sindicatos, sofrido intervenção federal, um verdadeiro desrespeito à chaste trabalhadora brasileira. Porque, neste momento, os metalúrgicos dos três Sindicatos que sofreram intervenção, representam o anseio

de todos os trabalhadores brasileiros, porque num completo desrespeito a uma eleição democrática, que foi a eleição dos dirigentes daqueles Sindicatos, foi invadida porque eles nada mais faziam, do que na ordem, na tranqüilidade, na decência e na sua honradez, reivindicar melhores salários para a sua classe. E eu queria perguntar aos nobres Deputados desta Casa, se é crime nesta Nação, se fazer um movimento justo em prol de melhores salários; porque é que a Federação das Indústrias daquele Estado, Federação que defende tão somente o capital, não foi invadida e não sofreu intervenção, só a dos trabalhadores é que foi porque corre à boca pequena, e isso é um ditado popular, "de que a corda sempre arrebenta do lado mais fraco".

Então, na última sexta-feira demos entrada nesta Casa de um voto de solidariedade aos metalúrgicos por uma causa justa, cujo requerimento, primeiramente, havia sido recusado pela Mesa, porque dizia tratar-se de matéria vencida, e não é matéria vencida, porque esta Presidência e esta Casa deverá verificar que são duas matérias distintas. Eu aqui, queria reformular e convocar a todos os companheiros e nobres Deputados da bancada arenista, para que votemos favoravelmente a este requerimento, que mostremos a São Paulo, mostrando ao Brasil, que esta Casa é composta por homens honrados e decentes e que atendem às legítimas reivindicações dos trabalhadores brasileiros, e nós, votando este requerimento favorável, estaremos mostrando que quando viemos para este Parlamento, para esta Casa de Leis, estávamos nada mais, nada menos fazendo do que, sendo o porta-voz legítimo do povo brasileiro e dos trabalhadores brasileiros, que é a classe que conduz esta Nação, para que ela seja a potência que é.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Traz-me a esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um assunto que deve inquietar a todos os paranaenses, dada a mudança gradativa e contínua por que passa a paisagem agrícola, e a paisagem primária do Estado do Paraná.

E o "Diário Oficial" do Estado, na sua edição de 5a. feira, do dia 8 de março de 1979, uma das últimas edições do Governo Canet Júnior, traz na sua segunda página, o Decreto n.º 6414, que por sua vez regulamenta a Lei n.º 7.055, de 4 de dezembro de 1978, Lei esta, Sr. Presidente, aprovada no segundo semestre de 1978, semestre este, em que as atenções dos Deputados, dos políticos e mesmo dos técnicos, estas atenções estavam todas elas voltadas para um processo de renovação da Câmara Federal e das Assembléias Legislativas. E parece-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o conteúdo deste Decreto que visa regulamentar exatamente, o preceituado na Lei n.º 7.055, objetivando a definir a última reserva de terras devolutas do Estado. No momento em que, segundo as palavras do próprio Governador do Estado, nas suas andanças pelo Interior, o Paraná tinha esgotado a sua área de penetração e os seus limites agrícolas.

Vem esta lei n.º 7.055 e este Decreto n.º 64/13, a regulamentar a ocupação e a transmissão dessas terras devolutas.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o espírito deste decreto e o que aqui está, cheira claramente a uma violação das últimas reservas florestais do Paraná, na sua área litorânea. Significa a violação dos últimos santuários de flora e da fauna do Paraná, no seu Primeiro Planalto. E quer nos parecer que o assunto deveria, pela sua urgência, ser remetido à Comissão de Agricultura desta Casa, para que a mesma, numa de suas reuniões ordinárias, pudesse, Sr. Presidente, avaliar e dimensionar os objetivos e o alcance deste Decreto n.º 6414/79, que Sr. Presidente, se for cumprido da forma que aqui está, nós estaremos vendo, prevendo e antevendo, mais um crime contra os recursos naturais do Paraná e contra a

ecologia paranaense. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Encaminhando um requerimento neste instante, a esta Casa de Leis, subscrito pelos ilustres colegas Deputados Nestor Baptista, Nilso Sguarezi e nossa pessoa, requerendo a constituição de um Grupo de Parlamentares, para acompanhar as reivindicações universitárias desta Capital, quanto ao grave problema "Alimentação-Refeitórios", possibilitando urgentes posições solidárias da Assembléia Legislativa, no que for possível.

Permitiria ler rapidamente o conteúdo: (Lê)

"Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, dentro das formalidades regimentais, requerem seja constituído um Grupo de Parlamentares, objetivando pleno entrosamento com a classe universitária, no sentido de hipotecar solidariedade às reivindicações quanto ao gravíssimo problema alimentar/refeitórios, face a inexplicável falta de verbas, bem como agilizar medidas cabíveis, como os universitários já definiram terça-feira, dia 27/03, como o "Dia da Fome", programando palestras e debates nas sedes dos refeitórios fechados, além de uma Assembléia Geral, marcada para quarta-feira, às 10,00 horas, na Reitoria da UFP, cujas consequências, caso não haja pronta solução, poderão desaguar em paralização de aulas, tal a precariedade dos restaurantes universitários, há que se buscar atendimentos às reivindicações, cabendo a esta Casa de Leis contribuir para tanto.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(a) Nestor Baptista.

Apoiamento: — Nelson Friedrich e Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

a) Ante a situação grave que envolve a classe universitária de Curitiba, mais especialmente os estudantes da UFP, em razão da ausência de recursos para funcionamento dos refeitórios, cabe aos Deputados um posicionamento urgente e solidário aos interesses dos estudantes, que já chegaram a instituir o "Dia da Fome", numa demonstração efetiva do quadro que vivem aqueles que necessitam alimentação menos onerosa por serem economicamente fracos;

b) Evidente que, como parcela expressiva dos universitários usuários de tais refeitórios são oriundos do interior e de outros Estados, não é possível a continuidade da crise alimentar cujos desdobramentos poderão ser críticos, sendo portanto, prudente minimizar a questão, através de medidas solucionadoras;

c) Por fim, completamente inadmissível que o estudante continue sendo tratado com tal desprezo que hoje se registra em nosso país, a começar pelo nível de estudos, custo dos mesmos, desativação de seus legítimos órgãos representativos e com refeitórios fechando por falta de verbas e ausência de reparos nas instalações precárias existentes."

Sr. Presidente, a nossa sugestão apenas vem aumentar o trabalho já aqui iniciado pelo ilustre Deputado Nestor Baptista, que foi o primeiro a se manifestar quanto a esta situação. E, dentro da prudência de prevenir para evitar outras consequências, cabe a todos os Deputados, acompanhando a caminhada em favor dos estudantes, iniciada por Nestor Baptista; que façamos um Grupo de Parlamentares; cinco ou sete Parlamentares, que, amanhã mesmo, pudesse manter um contato com estes estudantes; analisar as suas reivindicações e levá-las às autoridades competentes. Caso contrário, nós poderemos ter desdobramentos críticos que não convém a ninguém.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de fundamental importância, que se faça esse Grupo de Parlamentares; que se encontre com os estudantes. Porque em verdade - e tenho absoluta certeza, a esmagadora maioria dos Deputados que estão

aqui, oriundos de bancos universitários, sabem das difíceis consequências do fechamento de restaurantes universitários. Os que foram estudantes, principalmente aqueles que vieram do interior, sentem a premência de termos restaurante funcionando em sua plena atividade, jamais fechando por falta de verbas, quando nós vemos neste país. tanto dinheiro gasto em coisas supérfluas e inconseqüentes.

Por isso, entendo extremamente importante, este trabalho, para que nós possamos, amanhã ou depois, quando houver a renovação e os universitários estiverem aqui, saberem que também no Paraná, numa época difícil, os Parlamentares de ambos os Partidos estiveram com os estudantes, pois eles precisavam de nós nesta hora.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lineu Turra, inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos verificado que os acidentes de automóveis, ultimamente, têm-se constatado com mais intensidade. E em muitas das vezes, é decorrente da irresponsabilidade ou da falta de consideração daqueles que estão dirigindo os seus veículos, para com o semelhante. E as penas para os crimes cometidos com direção perigosa, na verdade elas são benignas e nem sequer chegam a preocupar aqueles que cometem as infrações.

Existe atualmente uma preocupação das autoridades responsáveis pela orientação do trânsito, no sentido de agravar as penalidades, através de uma legislação mais rígida. Mas esta Legislação que constatamos no Código Nacional de Trânsito, nada mais é do que uma indústria de multas, em que o Estado se serve delas, apenas para resolver problemas de caixa, ou então serve para acaques daqueles que são responsáveis pela orientação do trânsito, quando nem sequer constata uma infração, desde logo vão apontando as infrações, exigindo até propinas, para que o infrator ou suposto infrator não seja multado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como em Direito não existe regras imutáveis; quer dizer, o direito está sempre em dinâmica; sempre caminhando para a frente e sempre existe a preocupação dos juristas em melhor interpretar a lei e aplicá-la aos fatos, eu queria trazer ao conhecimento da Casa, um julgamento inédito na história. Forense do Brasil.

Porque nós sabemos que na configuração do Código Penal, os delitos por acidente de trânsito se caracterizam como crimes culposos. Entretanto, um Tribunal do País, decidiu, em certo fato, que o crime seria doloso; doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo; e o culposo seria quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

Então, no caso em que eu trago à Assembléia, para conhecimento desta Casa, e para que o Paraná todo tenha conhecimento, como que numa advertência para aqueles que estão na direção de automóveis, de hoje para frente, saibam que nos Tribunais já começa a se dar uma nova orientação na aplicação da lei em face dos delitos de trânsito.

E é muito lógico que essa verificação se dê, essa modificação na aplicação da Lei do Código Penal, para os delitos de trânsito, em determinados casos, porque nós vemos muitas vezes pessoas que poderíamos dizer, em última análise, irresponsáveis, conduzindo o seu veículo a toda velocidade, numa cidade, indiferentes à vida daqueles que estão na sua frente, muitas vezes ceifando vidas de inocentes.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aí nós teríamos que caracterizar o crime como um indivíduo que conduz o seu veículo, senão assumindo diretamente o resultado para lesar um bem jurídico, indiretamente ele está querendo lesar o bem jurídico, quer dizer, assume o resultado, é o chamado dolo eventual, não é diretamente querendo atingir o bem

jurídico, mas, indiretamente, está querendo atingir o bem jurídico.

Então nós temos aqui uma decisão, e eu leria rapidamente, Sr. Presidente, para concluir, e também dizer que o Tribunal do Juri do Estado de São Paulo, de Atibaia, onde o réu que cometeu um delito nessas condições, passando uma noite toda fazendo corridas com o seu carro, em estado de libação alcoólica, atingiu duas crianças, sendo as mesmas prensadas numa parede, uma delas morrendo em consequência desse acidente e outra ficando gravemente ferida. O Promotor Público denunciou aquele que estava dirigindo o veículo como incurso no Artigo 121 do Código Penal, com a agravante do motivo fútil, e o Tribunal confirmou a decisão, a sentença de pronúncia do Juiz, confirmou para mandar o réu ao Tribunal do Juri e o Juri condenou o réu a sete anos de reclusão.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a primeira decisão de um Tribunal do País, condenando quem está na direção de um veículo, e, de uma forma criminosa, ceifa a vida de um semelhante.

É preciso que a imprensa do Paraná e o Paraná tenha conhecimento desse julgamento, para que seja um alerta para aqueles que estão dirigindo veículos e que possam cometer crimes contra a vida humana.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de iniciarmos o assunto que nos traz à tribuna, gostaríamos de comunicar à Casa que a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Ecologia, que se instalará amanhã, e traremos a esta Casa um pronunciamento que demonstrará os motivos que nos fizeram novamente, pedir a constituição dessa Comissão.

Porque, realmente, desde o início do ano passado, estávamos propensos a fazer um trabalho, nesta Casa, que fizesse com que a Assembléia Legislativa do Paraná marcasse sua participação num problema tão angustiante e tão debatido no Brasil, hoje.

A própria Igreja Católica, dentro de sua Campanha da Fraternidade, traz exatamente esse assunto como tema principal. Assunto esse que, dentro de poucos dias, deverá sair das nossas emissoras de televisão, das rádios, das mensagens jornalísticas, das próprias mensagens religiosas, pois que terminará a campanha.

O que pretendemos, em nosso pronunciamento, que já estamos elaborando, e colhendo subsídios, inclusive, amanhã, pela manhã, participaremos de uma reunião na Escola de Florestas do Estado do Paraná, com seus professores e com o Diretor daquela escola, porque o nosso objetivo é fazer com que, não apenas um determinada rede de televisão, ou de jornais, encampe uma campanha sobre a Ecologia. O que desejamos é que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, se aqui fôr aprovado, encampe a idéia, para que as demais Assembléias Legislativas, no Brasil todo - se fôr o caso, criem comissões parlamentares ou especiais - iniciem um trabalho também junto ao Congresso Nacional, às lideranças da ARENA e do MDB, junto aos ministérios mais ligados à área ecológica, ao própria Presidente da República, a fim de que o ano de 1980 fosse o Ano Nacional da Ecologia.

E dentro do pronunciamento que faremos, iremos trazer uma série de idéias que poderão, inclusive, ser enriquecidas com outras sugestões. Para que, desde o primário, até as faculdades, em toda a rede de ensino do Brasil, seja particular ou oficial, que se promova concursos, trabalhos, palestras, durante o ano todo de 1980 para que, realmente, se crie a mentalidade da necessidade de se preservar o meio ambiente no Brasil.

E esse trabalho que apresentaremos dentro de uns dez ou quinze dias, assim que nos for possível voltar novamente ao Grande Expediente desta Casa.

Mas, hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos, mais uma vez, trazendo um assunto à tribuna, já debatido por Deputados tanto da Aliança Renovadora Nacional, quanto do Movimento Democrático Brasileiro e que se relaciona com os problemas da desapropriação das áreas que serão inundadas com o represamento do Rio Paraná, onde está se construindo a Hidrelétrica de Itaipu.

O motivo que nos traz aqui é inclusive, mencionarmos o pensamento oficial da entidade que presidimos, o que nossa entidade pensa sobre o assunto que, acredito eu, todos querem uma melhor solução.

Por isso no dia 7 de abril, daqui a poucos dias portanto, será promovido, na cidade de Santa Helena, numa promoção da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Paraná e coordenado por todos os Sindicatos da área, desde Guaíra até São Miguel do Iguaçu, que será atingida pelas águas, o encontro na cidade de Santa Helena, com os lavradores; sobre este encontro tivemos a oportunidade de assinar um ofício endereçado aos Deputados da área, Deputados da ARENA e do MDB, e também ao Presidente da Comissão de Terras e Colonização, para que ele o transmita à Comissão de Terras e Colonização desta Casa.

A finalidade deste encontro em que nós, sinceramente, gostaríamos da participação dos Deputados que representam aquela região e conseqüentemente quase que a totalidade daquela população, nós gostaríamos dessa participação porque o que nós visamos realmente, é encontrar uma solução mais pacífica possível, mas que venha de encontro às reivindicações daqueles colonos.

Ainda anteontem e ontem, tive a oportunidade de visitar a construção da Hidrelétrica de Foz do Areia e fiquei realmente entusiasmado com o trabalho técnico e com o que representará, para o Estado do Paraná, esta Hidrelétrica; e lá, visitando as obras, todo aquele aparato para a construção daquela Hidrelétrica, a pergunta que se ouvia era a seguinte: se uma Hidrelétrica como esta, com aproximadamente três milhões de kw emprega um número tão grande de trabalhadores, de máquinas, de equipamentos e de uma tecnologia realmente extraordinária, o que será, então, de Itaipu, que terá capacidade de quase cinco vezes maior de produção de energia elétrica, do que a Usina de Foz do Areia?

Nós realmente estamos conscientes da participação que terá que se dar àqueles moradores, proprietários rurais, aos próprios trabalhadores rurais ou àqueles comerciantes de distritos que serão inundados, alagados pelas águas.

Agora, o que realmente nos leva a, de vez em quando, tecermos algumas críticas sobre a forma como se fazem essas desapropriações, é porque, no transcorrer de todos esses grandes projetos - e isto não ocorre só no Estado do Paraná, eu, por exemplo, tenho em mãos um levantamento completo da situação de milhares de pessoas, com a construção da Usina de Sobradinho no Rio São Francisco - realmente se chega quase ao desespero, pela forma como são tratadas essas famílias. Aqui no Paraná por exemplo, nós já tivemos problemas com a Usina, no Rio Paranapanema, em Porecatu; com a própria Foz de Areia; com a Salto Osório, com milhares de proprietários que, evidentemente, não aceitam de muito bom gosto a maneira como se fazem essas desapropriações, e como se chegam a eles, para fazerem suas ofertas, para ofertarem o valor de suas propriedades. Acredito eu que, todos nós que aqui estamos, que temos a nossa casa, que temos a nossa moradia, que temos alguma coisa nossa, nós nos apegamos àquilo, como quem se apegar a um ser da família, como quem se apegar a um ente querido e sabemos como é difícil, muitas vezes, separarmos-nos daquilo.

Na questão propriamente da Itaipu, usando aqui os próprios números da Hidrelétrica de Itaipu - são seis mil proprietários rurais legalmente registradas e cadastradas no INCRA, com seus títulos de proprietários e, dentro dos mesmos números da Direção da Itaipu - são mil e oitocentos posseiros; quer dizer, mil e oitocentas propriedades cujos proprietários não têm ainda o título definitivo, para receberem uma indenização se não justa, pelo menos mais próxima do justo da própria direção de Itaipu encarregada destas desapropriações. E, quando nós estivemos já, não é agora, em setembro de 1977 e abril de 1978 em reuniões em algumas localidades nesta área, e agora recentemente, no dia 16 de fevereiro, na cidade de Marechal Cândido Rondon, a grande preocupação realmente daqueles proprietários: 1.º: é a fórmula como se fazem realmente as desapropriações. Nós estamos convictos disso e todos aqueles que representam aquelas regiões e os próprios proprietários sabem que há uma diferença enorme de valor de propriedade para propriedade.

Há propriedades que têm benfeitorias melhores do que a outra; há propriedades cujo terreno têm uma fertilidade maior, a própria situação topográfica muito melhor, mais bem servida de águas...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. LÁZARO DUMONT - Dentro de poucos instantes.

Algumas propriedades servidas de energia elétrica, enfim, uma série de características que realmente determinam a forma de avaliação, e desde as primeiras reuniões que o movimento sindical e a nossa federação tem participado, o que se tem reivindicado sempre, é que nestas avaliações, para que se pudesse chegar a um pensamento comum, tivesse representatividade também da parte daqueles que vão ter as suas áreas desapropriadas. Não é como acontece agora, por exemplo, que só Itaipu tenha a sua comissão de avaliação, são eles que fazem a avaliação.

Então, é um dos pontos que nós trazemos nesta reunião de Marechal Cândido Rondon, e eu gostaria, se o nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira me permitisse, de demorar um pouquinho para lhe conceder o aparte e com muito prazer lhe darei o aparte.

Outro assunto de grande importância que se tem no momento, é a questão desses posseiros que não têm a posse definitiva da sua terra.

Agora, com o decreto, considerando aquela área de utilidade pública para fins de desapropriação, praticamente o INCRA lava as mãos no setor de problemas de medição, de legalização, de documentos e de uma série de coisas, pois diz que já saiu da alçada dele. Quem é que vai dar esses títulos definitivos para esses proprietários, para que eles possam receber um preço mais justo da Bi-nacional Itaipu?

A voz corrente lá entre os colonos, e Deputados que são de lá bem sabem disso, é de que os próprios elementos encarregados desta avaliação, tem dito a esses posseiros que, por eles não terem o título definitivo das suas propriedades, eles vão receber apenas, no máximo cinquenta por cento do valor que aqueles que têm o seu título definitivo deverão receber. Isso é voz corrente, mas muitos desses pequenos proprietários uma percentagem muito grande têm obtido empréstimos bancários, têm trabalhado a sua propriedade da mesma forma que aqueles que têm a sua titulação definitiva.

O Sr. Gernote Kirinus - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LÁZARO DUMONT - Pediria, somente para terminar o meu raciocínio, a compreensão de Vossa Excelência. O outro problema, e depois desse, concederei com muito prazer o aparte ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira, e grande problema que se tem na área também, é exatamente as indenizações que são pagas atualmente pela Itaipu.

Algumas dessas propriedades estão praticamente quase que totalmente hipotecadas nos Bancos, com financiamentos que irão vencer em 1982, 1983; então, o cheque sai cruzado para essa propriedade. O Banco do Brasil para ele transportar aquela propriedade para Itaipu, evidentemente, que Itaipu passa a ser o dono, há necessidade da liberação por parte do Banco. E o Banco do Brasil, principalmente, só dá liberação mediante o pagamento das dívidas. Se essas famílias vão ter o assentamento em outras partes do Brasil, então, por que não se transferir essas dívidas dessas famílias? E, exatamente, aí que nós estamos reivindicando a eliminação dessas imobiliárias que são grande parte delas, com todo respeito, não discuto, aqui, a honestidade, mas com fins lucrativos, que o assentamento dessas famílias seja providenciado pelo INCRA, que é o órgão do Governo Brasileiro encarregado de fazer a reforma agrária, no Brasil e, que, lamentavelmente, até hoje, não se fez.

Pela ordem, desejo conceder o aparte ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, depois ao Deputado Gernote Kirinus e depois a Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Congratulo-me, inicialmente, com as palavras de Vossa Excelência. Mais uma vez, Deputado Lázaro Dumont, Vossa Excelência vem a esta Casa para transmitir ao Paraná, a justa preocupação para com os problemas referentes às indenizações em função das construções das usinas das grandes hidrelétricas que se realizam, hoje, no Estado do Paraná. Realmente, é estranhável o critério que as empresas concessionárias de energia usam para encontrar uma fórmula de pagamento da indenização aos agricultores. Todos nós sabemos que o Paraná é, essencialmente e, especialmente, nas regiões Sudoeste e Oeste, um Estado composto de pequenas propriedades rurais, dos chamados minifúndios. Ora, esses agricultores pequenos, pobres, sofridos, muitas vezes sem acesso ao financiamento agrícola que, neste País, está concentrado, infelizmente, nas mãos de uns poucos poderosos, esse agricultor vê-se, hoje, triste, acobardado pela situação em que é colocado. Ele não recebeu o seu título de terra, não por descuido de sua parte; ele não recebeu seu título de terra, infelizmente, pelo que ocorreu, no Paraná, no passado e porque ele não pode, como os mais poderosos, conseguir advogados caríssimos para resolver seus problemas de titulação de terras. Tenho me ocupado, nobre Deputado Lázaro Dumont. Pessoalmente, já fui à sede da ELETROSUL, empresa que constrói, presentemente, Salto Santiago, mais de dez vezes. Consegui resolver, através de gestões administrativas que fiz com o eminente homem público do Paraná, Dr. Roberto Schulmann, que honra este Estado sendo diretor do patrimônio da ELETROSUL, resolver alguns problemas referentes a Salto Osório, referente às indenizações de Salto Osório, ainda. Mas, de Salto Santiago, já manifestei uma fórmula justa de pagamento de indenização. Em Chopinzinho, por exemplo, Município que tenho a honra de representar nesta Casa, a ELETROSUL propôs pagamento por alqueire, por volta de seis a oito mil cruzeiros, enquanto que o valor real das terras naquele próspero município e especialmente as terras do Vale do Rio Iguaçu que são fertilíssimas, valem hoje, sem nenhum exagero, por volta de sessenta a setenta mil cruzeiros, especialmente aquelas que são terras já cultivadas, já aradas.

Ora, Vossa Excelência coloca muito bem um problema. Se o Banco do Brasil que é um órgão do Governo, aceita as chamadas licenças de ocupação, para efeito de financiamento agrícola, porque outro órgão do Governo, a ELETROSUL deixa de aceitá-los para efeito de pagamento de indenização? Este emaranhado burocrático que se verifica hoje, no País, causa realmente apreensão e preocupação a nós que somos políticos, e que nesta condição sabemos interpretar os anseios do nosso povo.

Mas me permita Vossa Excelência, ao cumprimentá-lo e ao me escusar pelo aparte longo, dizer a Vossa Excelência que há um outro assunto referente a uma indenização, não a pessoas físicas, mas ao Estado do Paraná que também deve nos preocupar. Nós sabemos que com a construção destas grandes usinas, que vão gerar energia especialmente para os centros já industrializados, para São Paulo, para o Rio, para a região onde se concentra em mais de oitenta e cinco por cento a produção industrial deste País, com esta antecipação do aproveitamento da energia de origem hidrelétrica do Estado do Paraná, que vai gerar energia para os centros já industrializados e isto no futuro poderá causar um grande prejuízo ao Paraná, porque o Paraná terá talvez que importar energia no futuro, apesar da COPEL estar construindo Foz do Areia, nós temos uma preocupação. E me recorde que no primeiro discurso que fiz nesta Casa, no meu primeiro mandato, eu disse que havia uma causa, que devia unir homens da Oposição e da Situação, para lutar com uma grande causa econômica deste Estado, era de que o Governo Federal devia encontrar uma fórmula de conseguir retribuir ao Estado do Paraná, pela inundação das áreas fertilíssimas que nós temos e que serão inundadas.

Vossa Excelência conhece o problema tão bem quanto eu e o aborda com o brilhantismo que lhe é peculiar. Vossa Excelência sabe que cinco por cento da área agricultável do Estado do Paraná, será perdida com a construção destas grandes usinas: Itaipu, Salto Osório, Foz do Areia, Salto Santiago, Salto Caxias, Salto Segredo, na região Sudoeste do Estado do Paraná.

Ora, eminente Deputado, esta área de terra que o Paraná perderá, e este é um Estado eminentemente agrícola, é equivalente a toda área de terra agricultável do Estado de Israel, que é usada para o alimento de mais de doze milhões de habitantes daquele País.

Portanto, quando o Paraná reivindica, por exemplo, atenção do Governo Federal para a construção da Ferrovia do Soja, o Paraná não vai pedir esmolas ao Governo Federal. A construção da Ferrovia do Soja se justifica para o barateamento do transporte do frete agrícola. Mas a Ferrovia do Soja é um direito que o Paraná tem, que necessita de retribuição do Governo Federal, pelo muito que o Paraná tem dado em favor de nossa Pátria.

Por isto é preciso que nós, desta Assembléia, usemos sempre esta tribuna para defender o agricultor sofrido e para defender também o Estado do Paraná que está dando as terras e que não está recebendo, em troca, praticamente nada para o seu desenvolvimento.

Já disse, Deputado, que o Governo Federal poderia, em troca das terras que está nos tirando, entregar ao Paraná recursos para o financiamento da construção de polos industriais na região de Cascavel, na região do Sudoeste, na região de Curitiba a Ponta Grossa, na região de Londrina a Maringá. Com a construção da ferrovia do soja o Governo Federal faria um investimento que seria, de certa forma, uma retribuição ao Paraná. É preciso que todos nós, homens dos dois partidos, estejamos sempre atentos e usando da nossa tribuna para reivindicar em favor dos paranaenses e do Paraná.

Muito grato, Deputado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Nobre Deputado Luiz Alberto, agradeço o aparte de Vossa Excelência, sou testemunha do trabalho que Vossa Excelência faz também na região Sudoeste do Paraná, com respeito a desapropriação daquelas áreas. Mas, Sr. Presidente, antes de dar o aparte ao nobre Deputado Gernote Kirinus, solicitaria à Mesa, que quando estiver faltando três minutos para terminar o meu tempo, me avise-se que vou ler aqui o pensamento oficial da minha entidade.

Com muito prazer, concedo o aparte agora, ao Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado Lázaro Dumont, realmente, é um prazer apartear-lo, em um momento em que S. Ex.^a traz a esta Casa, uma preocupação tão séria, que preocupou não somente, as entidades de classe, sociais, mas também os órgãos da Igreja.

Como no caso da Comissão Pastoral da Terra, que já desde 1976, vem realizando trabalhos, no sentido de colher depoimento dos agricultores, e S. Ex.^a frisou muito bem, ao colocar o apego que essa nossa gente tem à sua terra, à sua propriedade, e que agora vêm sendo ameaçadas pelas águas de Itaipu, e que esse instinto, esse espírito de revolta, desses agricultores, talvez esteja explicado através deste apego, deste amor que eles têm à terra.

Sem embargo as indenizações que são feitas, não estão levando em consideração a destruição, por exemplo, de toda uma comunidade, onde os agricultores, principalmente, os que são representantes dos segmentos da população brasileira mais apegados às suas relações sociais primárias, de parentesco, a sua Igreja, a sua escola, a sua comunidade enfim, aquele ambiente psico-social que dá sustento a que eles possam se dedicar com todo o afinco ao trabalho do cultivo da terra. Esse aspecto seria realmente reparado por Itaipu, se fosse fazer uma indenização séria, caso houvesse aquilo que eles vêm pedindo, exatamente há muito tempo: o reacertamento de toda a comunidade em terras do Paraná, ou não muito distantes daqui.

Creio que eles são justos ao pedir esta indenização, este reacertamento. Sem embargo, lhes é negado, lhes é negado peremptoriamente, quando o INCRA afirma que não existe litifúndio no Paraná, que nós sabemos que é mentira; é negado quando a ITAIPU credencia colonizadoras que o está a levar ao Norte do País, onde o ambiente é bem diferente; lhes é negado esse justo direito de se reassentar em comunidade, quando se faz indenizações individualmente, à parte, por unidades, e eles se desfazem, se espalham pelo País afora.

Sem mencionar o que S. Ex.^a já mencionou, a dificuldade deles procurarem seu reacertamento por si só, quando são obrigados a descontar as dívidas bancárias, não lhes restando praticamente, mais nada, do valor da indenização.

S. Ex.^a também tocou num ponto que concordo em parte: o sacrifício que nós devemos fazer em função do progresso que talvez venha trazer Itaipu, com a energia elétrica.

Sem embargo, nós não podemos assistir que o sacrificado seja apenas o segmento da população. Justamente, aquele segmento mais prejudicado em todos os tempos, não se pode falar em sacrifícios, quando a própria Itaipu binacional, contrata gente com super-salários e ao colono, o maior sacrificado, se destina apenas a vergonhosa parcela de 0,005% para fins de indenizações.

E além disso, pesa ainda, o que V. Ex.^a já confirmou, o jogo de empurra-empurra, que existe entre o INCRA e Itaipu, quando se trata de terras de posseiros. Tentei já trazer a esta Casa, a preocupação, quando por exemplo lá na comunidade de Mal. Cândido Rondon, um grupo de posseiros do Pouso 1 e 2, de Pato Bragado e de Margarida, tiveram suas legalizações de terras, negadas pelo INCRA porque Itaipu já estaria de poder do Decreto desapropriatório. E antes, Itaipu os manda para o INCRA, e INCRA os manda a Itaipu.

Quer dizer, ficando realmente sem solução, aqueles coitados posseiros, agricultores que estão reclamando nada mais que a simples justiça.

Congratulo-me com o seu pronunciamento e era isto que queria dizer em meu aparte.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado, nobre Deputado.

Com o aparte o Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque — Antes, gostaria de cumprimentar

V. Ex.^a pelo pronunciamento com referência às áreas a serem desapropriadas de minha região, ou seja, da região

Oeste paranaense. A preocupação principal que V. Ex.^a demonstrou, é com referência às terras hipotecadas pelo Banco do Brasil ou por outras instituições financeiras.

Nós temos conhecimento de que a Itaipu Binacional está gestionando junto ao Banco do Brasil e ao Banco Central, para que as terras desapropriadas, que são hipotecadas pelas instituições financeiras, sejam transferidas, — as hipotecas, para as novas terras a serem adquiridas pelos expropriados das áreas de Itaipu.

Esta gestão que Itaipu tem feito, nós acreditamos que é um passo que Itaipu tem dado em benefício aos lavradores de nossa região.

Já um outro setor que nós gostaríamos de falar, o Deputado Luiz Alberto de Oliveira já especificou muito bem, se V. Ex.^a fizer uma comparação entre os valores que a Itaipu tem pago aos expropriados, com as áreas desapropriadas que tem feito, as outras hidrelétricas, especialmente as do Sudoeste do Paraná, como Foz do Chopim e Foz do Areia, o preço é realmente exorbitante, não chega a fazer com que o próprio agricultor tenha condições de comprar nem um terço da área existente de sua propriedade.

Itaipu, nós não queremos dizer que ela tem pago um alto preço ao expropriado, mas ela tem pago bem melhor do que as outras hidrelétricas e vai mais além, Itaipu tem ajudado no transporte no que se refere à mudança de todos os expropriados. O que ela não tem pago, e ninguém vai pagar nunca, é o preço afetivo, o valor afetivo, o amor pela terra, pela área.

Nós queremos que Itaipu aumente mais. A nossa luta é esta, dentro de um acordo com a sua entidade, com a FETAEP, com a Carta Pastoral e nós mesmos, nós gestionando, para que hajam acordos melhores em benefício do agricultor, que seja de comum acordo com ambos, o expropriado e a Itaipu, que paga a desapropriação.

É isto que nós queremos.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os tímpanos).

A Mesa lembra ao nobre Deputado Lázaro Dumont que tem um minuto para a conclusão, entretanto consulta a liderança da Arena, se lhe concede o horário reservado. — (Assentimento).

V. Ex.^a tem mais quinze minutos, no horário reservado às lideranças, para fazer uso da tribuna.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer também à liderança esta oportunidade que me dá para concluir meu pensamento.

O Sr. Nelson Friedrich — V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, nós começamos a sentir que já se faz um casamento aqui entre alguns Deputados da Arena e a esmagadora maioria do MDB, buscando a justiça aos injustiçados de Itaipu.

Mas eu gostaria, neste seu enunciado, bem feito, de também colocar um outro aspecto importante, é o questionamento que hoje se faz, o próprio papel do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Parece-me hoje que ao INCRA só lhe falta a assinatura do atestado de óbito, porque afinal, nós acabamos de ver o novo Presidente do INCRA vir dizer, em pronunciamentos e entrevistas, que os novos projetos de colonização não mais serão executados pelo INCRA. E ele acaba de vir, conforme temos noticiário, de Rondônia, onde teve um sério atrito com o Governador do Estado de Rondônia, inclusive dizendo o Governador que — vocês, do INCRA, são responsáveis pela miséria deste Território! E quando o INCRA se esquece agora da colonização e da Reforma Agrária, depois de ter montado este esquema burocrático existente, nós começamos a nos perguntar, o porquê da existência deste Instituto?

Em Itaipu dá prova de incompetência, e agora, não mais faz reforma agrária, porque nunca quis fazer; e se dispõem a não fazer mais colonização porque vai entregar às empresas particulares. E nós nos perguntamos: e o pequeno lavrador? E o "Bóia-Fria"? E a solução dos homens sem terra no Brasil?

O SR. LÁZARO DUMONT — Obrigado pelo aparte nobre Deputado.

Realmente é uma pergunta que nós também fazemos. O grande objetivo do empenho dessas entidades, da minha e de outras entidades, é de que, principalmente em projetos futuros, se venha a pensar antecipadamente nas desapropriações. Quando Itaipu, por exemplo, — e tive esta informação mais detalhada pelo nobre Deputado Tércio Albuquerque, teve o início de todos os seus trabalhos, de todas as suas negociações em 1966, se não me engano.

Se nós dermos uma olhada nos mapas antigos do Estado do Paraná, em 1964, 1965, não existia ainda Assis Chateaubriand, que hoje está com aproximadamente 150 mil habitantes.

A área de terra, no próprio Oeste paranaense, naquela época, há 10, 12 anos atrás, suficiente para o assentamento destas famílias, realmente era insuficiente.

Então que fique aqui agora, a nossa sugestão, nós estamos sentindo que já se iniciaram os primeiros trabalhos de sondagem para a construção da Hidrelétrica de Rosana, construção pelas Centrais Elétricas de São Paulo - CESP, aqui no Município de Nova Londrina. Dentro em breve nós teremos — e ainda ontem estivemos assistindo uma projeção de "slides" em Foz do Areia, ontem de manhã, o potencial do Rio Iguaçu é de 10 milhões de quilowatts. E existem várias hidrelétricas que serão construídas.

Então, porque antes de se começar qualquer projeto, não se pense primeiro naquele homem que está lá com a sua família que há muitos anos ali chegou.

Então, eu gostaria agora de ler um trabalho, que não elaboramos, para sermos sinceros, para ser apresentado aqui hoje. Um trabalho que nós encaminhamos às principais autoridades brasileiras neste setor, no dia 18 de fevereiro, dois dias após a realização do encontro, lá em Marechal Cândido Rondon. Que, repito, é o pensamento de nossa entidade porque inclusive assino este documento, como Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Paraná. Trabalho este que nós demos o nome: (Lê)

"PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO

Estivemos mais uma vez reunidos com líderes dos lavradores da região que será fundada com o represamento do Rio Paraná, onde será construída a Usina Hidrelétrica Itaipu. Independentemente destas reuniões, temos mantido contatos permanentes com proprietários de terras, arrendatários e parceiros, em busca de uma solução que eles mesmos estão conscientes de Sindicatos, em busca de uma solução que eles mesmos estão conscientes de não existir: permanecerem em suas terras.

A incerteza e a angústia com que nos procuram é entristecedora. Antes das obras, antes de todo este aparato que cerca Itaipu, houve as negociações com o Paraguai, depois os projetos, em seguida a busca de recursos para se construir aquela que seria a "maior hidrelétrica do mundo" — a obra do século — o exemplo da amizade Brasil-Paraguai.

Será que nessas reuniões ninguém lembrou do homem residente na área a ser alagada? E que estes mesmos homens possuem famílias, bens? Que acima de qualquer valor monetários está o amor àquele pedaço de terra adquirido com incalculáveis sacrifícios? Que todos nós sabemos da existência há 30 ou 40 anos atrás, onde muitos casaram, tiveram filhos, fizeram planos, construíram suas casas, viveram e morreram ali?

Um assunto tão importante não poderia ser esquecido. É claro que foi lembrado. Mas como em quase todos os grandes planos o homem é assunto secundário e neste, para não fugir à regra, também assim foi considerado. E se afirmamos isto é

porque conhecemos as formas de como estão sendo realizadas as desapropriações, visando sempre o interesse da Empresa, com soluções unilaterais, principalmente nas avaliações das propriedades rurais.

Não somos contrários ao progresso e muito menos contra o desenvolvimento de nosso País.

Aceitamos os sacrifícios a que estamos todos sujeitos, de uma forma ou de outra, em favor do progresso e do desenvolvimento de nossa Pátria, o que não podemos aceitar é a forma com que está sendo exigida essa participação. No início dos projetos (já mencionados), há dez anos ou mais, quando ainda havia a possibilidade de garantir áreas de terras suficientes para promover o assentamento de todos aqueles ali residentes, dentro do próprio Estado do Paraná, por que não o fizeram? Exatamente porque, conforme já afirmamos, o homem é sempre relegado ao segundo plano nos grandes projetos. O exemplo típico é a célebre frase seguidamente usada por aqueles que visitam os proprietários (e se faz um parêntesis aqui, não é só lá, em todas as áreas de desapropriações) levando a proposta de compra por parte da Itaipu: "Quando as águas estiverem molhando seus pés, então veremos se essa teimosia persiste". Tal frase é comum quando recebem o "Não", em decorrência do valor proposto pela Comissão de Avaliação da Itaipu ser muito aquém do valor justo pedido pelo proprietário.

Aliás, não são somente os proprietários que nos preocupam. Também os posseiros, arrendatários, meeiros, enfim todos aqueles que serão atingidos pelas águas. É por isso que defendemos o assentamento em terras próprias, por parte do INCRA, também para esses rurícolas, dando, assim, início ao Processo de Reforma Agrária.

Até agora ocupamo-nos exclusivamente com os problemas daqueles que trabalham a terra por ser esta nossa obrigação, considerando que mais de 70% dos que serão atingidos são associados de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Compreendemos, por outro lado, aqueles que defendem a Empresa Itaipu, pois ganham para isso. Contudo, essa defesa jamais deveria ser feita com artifícios com "soberania nacional", "interesses nacionais" etc., pois, aqueles que cuidam do amanhã da terra, estão mais que quaisquer outros, a serviço de interesses nacionais. São os verdadeiros soldados que podem garantir a soberania nacional. E uma atenção especial deveria ser reservada aos mesmos.

De que valera a Hidrelétrica de Itaipu? De que valerá um aposento todo iluminado, se a mesa não for farta? Prioridade? Sim, o Brasil precisa definir prioridades e nada neste momento exige tanta prioridade quanto o Desenvolvimento Agrícola, para que o homem rural possa desenvolver o seu trabalho com dignidade e respeito, não sendo tratado meramente como parte de uma sociedade, mas como célula ativa dessa mesma sociedade, garantindo o seu progresso e o seu desenvolvimento".

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consulta a Liderança do MDB se deseja fazer uso de seu horário. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário dos Srs. Deputados Álvaro Dias e Hélio Duque.

A Presidência solicita das lideranças que façam as devidas indicações, com referência ao requerimento aprovado, que cria uma Comissão Especial de Limites Paraná-São Paulo.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 01/79, de autoria da Comissão Executiva, que determina através de despacho da Presidência, o arquivamento de Proposições conforme específica. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/79, de autoria da Comissão de Constituição de Tomada de Contas, que aprova prestação de contas do Departamento de Finanças, deste Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1976. Parecer favorável da C.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 03/79, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova prestação de contas do Departamento de Finanças da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1977. Parecer favorável da C.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108/78, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais Cristãos”, com sede e foro na cidade de Irati. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135/78, de autoria do ex-Deputado Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública o “Serviço de Obras Sociais de Cianorte - S.O.S.”, com sede e foro no Município de Cianorte. Com Substitutivo Geral da C.C.J. Parecer favorável da C.C.J., na forma do Substitutivo por unanimidade. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 139/78, de autoria do ex-Deputado Valter Pietrângelo, que declara de utilidade pública o “Serviço de Assistência Social Bom Pastor”, com sede e foro na cidade de Paranaguá. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 140/78, de autoria do Deputado Jurandir Messias, que declara de utilidade pública o “Serviço de Obras Sociais (S.O.S.) de Pitanga”, com sede e foro no Município de Pitanga. Com Substitutivo Geral da C.C.J. Parecer favorável da C.C.J., na forma do Substitutivo por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade ao Comitê Brasileiro pela Anistia-Curitiba, por solidarizar-se com os operários metalúrgicos de São Paulo. — **Aprovado.**
O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram permanecer como estão. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram permanecer como estão. — (Pausa).

20 Srs. Deputados aprovam; 7 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para votação.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de “quorum”.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal). — (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — 27 Srs. Depu-

tados responderam à chamada. Não há “quorum” para votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Paluk, ocorrido na cidade de Irati. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Benedito Faustino da Silva, ocorrido na cidade de Jaboti. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Conti, ocorrido no Município de Bituruna. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Álvaro Godoy. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Nilso Sguarezi, respectivamente líderes da ARENA e MDB, solicitando a não realização da sessão plenária, no dia 29, data do aniversário de Curitiba, se aprovado o solicitado, que as atividades de sexta-feira, dia 30, se destinem a trabalhos das Comissões.

O SR. TRAJANO BASTOS — Senhor Presidente, pela ordem.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Senhor Presidente, para solicitar de V. Ex.^a que esclareça a mim e ao Plenário, dúvidas que me surgiram durante o encaminhamento da votação das matérias que estão sendo lidas por V. Ex.^a.

Foi constatada na chamada nominal dos Senhores Deputados a ausência do “quorum” para votação e como posteriormente estão sendo votados outros requerimentos, eu solicito de V. Ex.^a que nos oriente a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado, o que o voto de pesar e regozijo, é votado com qualquer número. Não há necessidade...

O SR. TRAJANO BASTOS — Pois não, Senhor Presidente. É que foi votado um requerimento de suspensão dos trabalhos. Eu gostaria de saber se este tipo de requerimento também se enquadra no rol daqueles em que não há necessidade de “quorum”.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa já esclarece ao nobre Deputado.

A Mesa informa ao nobre Deputado que por lapso a Mesa pôs em votação o requerimento assinado pelas lideranças. Deixa, por conseguinte, sem efeito essa votação que será votada na próxima sessão.

O SR. TRAJANO BASTOS — Mais um esclarecimento, Senhor Presidente, se V. Ex.^a me permite. (Assentimento).

O requerimento do ilustre Deputado Gernote Kirinus, que requer um voto de solidariedade ao Movimento de Anistia em Curitiba, me parece que o espírito, embora o termo não possa ser confundido, mas o espírito seria de regozijo. V. Ex.^a não acha que seria de regozijo, ou melhor, que se enquadraria dentro do Regimento Interno com este espírito?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A súmula do requerimento diz o seguinte:

“Requer voto de solidariedade ao Comitê Brasileiro pela Anistia, de Curitiba. E, na justificativa, (Pausa). A Mesa informa ao nobre Deputado que não entende como enquadrar o presente requerimento na forma do Regimento Interno.

O Sr. Gernote Kirinus — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Gostaria de pedir, então, a modificação do termo “solidariedade”, por “regozijo”.

O Sr. Erondy Silvério — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem,

concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério. O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, o nobre Deputado autor do requerimento, tem todo o direito de apresentar novo requerimento. Não vejo como a Mesa possa transformar esse requerimento que exige “quorum” qualificado para sua votação, em voto de regozijo. Agora, o seu autor pode apresentar um voto de regozijo, no mesmo sentido.

O Sr. Gernote Kirinus — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, com a palavra, V. Ex.ª.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Creio que o requerimento é meu e eu posso autorizar, à Mesa, a fazer as alterações que me interessam, uma vez que o voto não foi deliberado, ainda.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado, que a discussão do presente requerimento, está encerrada; cabendo, no entanto, ao referido requerimento, uma emenda. No entanto, na fase de votação, não cabe emenda.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao IBGE, TRE, Tribunal de Contas do Estado, solicitando dados demográficos do Distrito de Missal. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências visando a pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede do Município de Altônia ao Distrito Administrativo de São Jorge. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências visando a pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede do município de Altônia, com a sede do Município de Francisco Alves. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando informações junto à Secretaria de Segurança Pública, a respeito do FUNRESTAN, fornecendo o total arrecadado, bem como, a sua aplicação. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando apelo ao Sr. Secretário da Educação, visando a construção de uma Escola de 1.º Grau, no Jardim São Francisco de Assis, em Londrina. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao titular da Superintendência dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, no sentido de que sejam tomadas providências a fim de sanar o problema da poluição causada por serrarias instaladas na cidade de Catanduvas. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à agência Diretriz Empreendimentos S/A., pela realização da “MOVEX/79”. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Carlópolis, encarecendo atenção especial para o Bairro Jardim Bandeirantes. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Igreja Adventista do Sétimo Dia - Central de Curitiba, pelo transcurso de mais um aniversário da TELEPAZ. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nestor Baptista, Nelson Friedrich e Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando a constituição de um grupo de parlamentares, objetivando hipotecar solidariedade às reivindicações quanto ao gra-

víssimo problema alimentar/refeitório. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, visando a continuidade do asfaltamento do trecho rodoviário Campina da Lagoa a Iretama. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Consulto a Mesa se o requerimento de autoria do Deputado Edilson Alencar, se o mesmo tem condições de ser encaminhado na sessão de hoje, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está em discussão, nobre Deputado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Então eu pediria a palavra para discutí-lo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Com a palavra, o nobre Deputado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na sessão de sexta-feira nós pedimos para discutir o requerimento de autoria do nobre Deputado Edilson Alencar. Nós que temos a incumbência de representar a região Centro-Oeste do Paraná e parte da região Noroeste e que o fazemos em companhia dos ilustres Deputados Edilson Alencar, Darcy Deitos e Trajano Bastos.

A nossa pretensão Sr. Presidente, de ocuparmos esta tribuna no dia de hoje, é especificamente para trazer o esclarecimento devido ao requerimento de autoria do nobre Deputado Edilson Alencar. Esse Deputado procurou colher informações e dados precisos junto ao D.E.R. e à Secretaria de Transportes do Estado do Paraná para que tenhamos melhores condições de situar o problema da estrada asfáltica que liga Campina da Lagoa, Nova Cantu, Roncador, Iretama.

E os dados que nos forneceram na Secretaria de Transportes, eu passo a ler, dados oficiais: Trecho Campina da Lagoa-Nova Cantu: 29 km. Trecho Nova Cantu-Roncador: 38 km; Trecho Roncador-Iretama: 28 km.

O Diretor Geral do D.E.R., o Dr. Euler Merlin, nos deu esta informação e está em pauta, ou na pauta, para a discussão do financiamento através do Banco Internacional de Desenvolvimento, com o Governo do Estado do Paraná, no Programa BID 2 — que se dará brevemente, este financiamento, abrange outros trechos de estradas, em todo o Estado do Paraná. Penso que este financiamento que está se pleiteando junto ao BID no Programa 2 — para fazer face ao asfaltamento daquelas estradas, entendemos que deverá ser encaminhado através da Secretaria de Transportes, a esta Casa de Leis. E os Srs. Deputados tanto da ARENA como do MDB, deverão apreciar conjuntamente, este financiamento, que por certo, nos dará condições de atendimento, das estradas asfaltadas nas nossas regiões do Noroeste do Estado do Paraná.

Mas, Sr. Presidente, aproveitando a minha estada, eu quero dizer aos nobres Deputados, que há dias, o Deputado Darcy Deitos levantou uma questão, com referência a um acesso também de um município que eu tenho a honra de representar juntamente com o Darcy Deitos.

Realmente, naquela oportunidade, o Deputado Darcy tinha toda a razão, quando eu, em questão de ordem, quis oferecer àquele Deputado, que levantava esta questão na tribuna, dados oficiais, criteriosos, honestos, mas com o intuito única e exclusivamente, de colaborar com o Deputado Darcy Deitos, fui impedido pelo líder da sua bancada.

Hoje, me surge a oportunidade de também comentar aquele episódio do acesso asfáltico que liga à cidade de Mamborê. Evidentemente, que ele não foi concluído, tão somente os serviços de terraplenagem é que foi feito, faltando o asfalto.

E não foi feito o asfalto, e o Deputado Darcy Deitos sabe tão bem quanto eu, porque a firma que empreitou e que deveria realizar aqueles serviços, faliu, quebrou. E o DER imediatamente, contratou outra firma, é verdade, que não era vontade do DER que jamais eles pretendiam que isso acontecesse, mas aconteceu.

Tem o aparte do Deputado Darcy Deitos.

O Sr. Darcy Deitos — Nobre Deputado Jurandir Messias, evidentemente, que o intuito nosso naquela oportunidade, não era desmerecer a ninguém. Mas, era feita uma denúncia ao Paraná, de que o governo que estava saindo no dia seguinte, ao nosso pronunciamento, mandou imprimir um mapa onde aquele acesso, já se encontrava devidamente concluído, como era o acesso também com a cidade de Boa Esperança. Não entro no mérito técnico da obra, mas a minha denúncia naquela oportunidade, era dizer que para o Paraná aquela região estava sendo servida já, de asfalto. E V. Ex.^a vem hoje nesta tarde de confirmar aquilo que nós dissemos naquela oportunidade, de que, realmente, o acesso a Mamborê não está concluído, então o Paraná precisava saber. Naquela oportunidade, na saída do Sr. Jayme Canet Júnior do Governo do Estado, aquele trecho não se encontrava pronto. E gostaria também de regozijar-me com V. Ex.^a pelo esclarecimento que veio dar, ao nobre requerimento do nosso eminente Deputado Edilson Alencar, no asfaltamento do trecho de Campina da Lagoa e Nova Cantu, Roncador, Iretama. Isto vem demonstrar o interesse de V. Ex.^a para com aquela região do Paraná, que é também a minha região. E muito me honra, aquilo que diz V. Ex.^a com o encargo de aqui representar aquele povo.

Mas, se dentro em breve, vier a Mensagem para que esta Assembléia analise o empréstimo a ser efetuado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, V. Ex.^a tenha a certeza de que a bancada do MDB votará maciçamente para que o empréstimo seja efetuado e aquela região finalmente seja atendida por estradas que vão dar o escoamento necessário para a sua produção agrícola, que é realmente pujante.

Muito obrigado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Eu agradeço, Deputado Darcy.

Continuando a nossa explanação, nós, que representamos a mesma região, a minha posição sempre foi e sempre será, nesta Assembléia, de aceitar as sugestões trazidas pelos meus colegas da Oposição. Não vejo porque não aceitá-las, desde que as mesmas coincidam com as minhas que sempre são para defender os interesses de nossa comunidade, dos municípios que representamos aqui nesta Casa.

V. Ex.^{as} sabem, tão bem quanto eu, que representamos uma das regiões mais desprovidas do Estado, que até hoje não se tem, naquela área, a não ser estradas de chão batido...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento).

Já conhecia a sua atuação parlamentar da legislatura passada, mas entendo que hoje é um motivo para hipotecar a minha solidariedade a V. Ex.^a, exatamente pelo posicionamento que adota em relação à discussão deste requerimento.

Sua posição de adotar as críticas construtivas do Partido da Oposição, significa que V. Ex.^a é um verdadeiro democrata e está, nesta Casa, como estão Deputados da ARENA e do MDB, preocupados em construir a grandeza do Paraná. Meus parabéns pelo posicionamento de V. Ex.^a que é idêntico ao meu nesta Assembléia.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

Como dizíamos, pretendemos continuar na nossa linha de conduta aqui nesta Casa, recebendo sempre, com bons olhos, estas críticas construtivas...

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. JURANDIR MESSIAS — .. e estamos sempre dispostos também a dar a estes requerimentos, a estas sugestões, o

nosso respaldo necessário, porque, como dizíamos, nós que representamos uma região totalmente desprovida, que todas as estradas até hoje são de chão batido, de poeira, de barro...
O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Ex.^a me permite um aparte?
O SR. JURANDIR MESSIAS — Só um minuto, quando concluir este meu raciocínio, lhe concederei o aparte com muito prazer.

Precisamos nos unir, porque nós, unidos, teremos força de representar cada vez melhor e mais condignamente, a nossa gente daquela região. E se nós aqui, nesta Casa, começarmos de briga, de intriga, vamos transportar também para a nossa região, este ódio, esta raiva, que, por certo, também serão semeados naqueles municípios que precisam de nós, precisam de mim, precisam do Deputado Darcy, do Deputado Edilson, do Deputado Trajano, que representamos junto àqueles municípios.

Conclamo e venho de bandeira branca a estes meus colegas da Oposição, para que somemos junto os nossos esforços em prol da comunidade. Não venho aqui criticar, não venho procurar briga e nem rixas; venho aqui para colaborar, para ajudar aqueles que também querem e vão ajudar, porque conheço perfeitamente esses Deputados, conheço há longo tempo o Deputado Darcy, já é meu amigo de tantos anos, sei das suas intenções; sei o que V. Ex.^a quer nos seus municípios; quero o bem estar do seu povo, para que amanhã quando chegar lá, chegue de cabeça erguida e diga ao seu povo que nós estamos trabalhando na Assembléia Legislativa do Paraná, pelo seu bem-estar; pela nossa comunidade e pela nossa sociedade. É esta a nossa intenção e eu tenho certeza, que também é a dos Srs. Deputados que representam os seus municípios no Partido da Oposição. Então eu peço e conclamo agora ao nobre Deputado Edilson, que se possível, que transfira este seu requerimento em sugestão e eu me proponho a assinar com V. Ex.^a a esta sugestão que deverá ser encaminhada a quem de direito, para que se tome as providências necessárias.

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Jurandir Messias, é com prazer naturalmente, que V. Ex.^a que representa uma região tão grande, aqui neste Poder, a região do nosso Estado, vê que as críticas são construtivas, a exemplo dessa, são em número bastante reduzido, diante do grande número de obras que foram executadas pelo Governo Jayme Canet.

E é nesse momento que nós parlamentares da Situação ou da Oposição, devemos juntos em uma só voz, reivindicarmos o que por ventura deixou de ser feito.

E recordava neste momento, nobre Deputado, palavras de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, em uma reunião fechada do nosso partido. Dizendo que os dois partidos, eram da Revolução. Contudo o procedimento de alguns parlamentares que fizeram com que o Executivo ficasse numa linha de atuação, escolhida por eles, mais vinculada à ARENA. E eu disse muitas vezes aqui que nós, ARENA e MDB, nascemos com a revolução. E enquanto nós, Situação, permanecermos e somos os responsáveis diretos pela execução dos serviços.

Porém, nós pertencemos a um poder e V. Ex.^a hoje com brilhantismo, faz diferenciar no diálogo costumeiro deste Poder, pertinente a um poder fiscal, ou a um poder fiscalizador, que é o Poder Legislativo. V. Ex.^a junta os seus esforços ao nobre Parlamentar do MDB que faz uma crítica construtiva. Espero e fiz o meu aparte a V. Ex.^a para que o destaque do diálogo, entre dois parlamentares, da ARENA e do MDB, sirva de modelo; não um modelo "sui generis", que não deveria ser, mas nós que iniciamos, esse nosso período com diálogos e com debates nem sempre recomendados, vejo nesta tarde uma oportunidade de parabenizar a V. Ex.^a na tribuna, e ao Deputado do MDB que tomou a iniciativa. Juntos, nós todos, haveremos de, encontrando falhas, no Governo, na administração, no Executivo, juntos, em uma só voz, solicitar a devida correção, no tempo

certo, com a medida certa. Parabéns, nobre Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e concedo o aparte ao Deputado Edilson Alencar.

O Sr. Edilson Alencar — Nobre Deputado, inicialmente agradeço a Vossa Excelência em ter trazido a esta Casa as informações que acaba de nos prestar.

O nosso requerimento deveu-se apenas a procurar - representantes que somos daquela região -, como é Vossa Excelência e é o nobre Deputado Darcy Deitos. Apenas trazer a esta Casa reivindicações que há muito a população laboriosa daquela região reivindica.

Sabemos da fertilidade do solo daquela região; população laboriosa e que há muito sonha com estradas pavimentadas, e o Governo anterior, parece-me que, desconheço os motivos, mas pouca atenção deu àquela região ou àqueles municípios em referência.

Espero que o Governo do Sr. Ney Braga, atenda os reclamos daquela população e daquela região que tanto espera por esses benefícios.

No entanto, transformar o nosso requerimento em sugestão, acredito seja desnecessário, porque, para mim, requerimento desta natureza já constitui pelo seu conteúdo e pela sua essência numa sugestão, razão pela qual não acho necessário a retirada do requerimento ou a transformação dele em sugestão.

Convido neste momento Vossa Excelência, que é nosso amigo, para que, juntamente com o Deputado Darcy Deitos, que representa também aquela região, a apôr sua assinatura no nosso requerimento.

Era isso, muito obrigado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Agradeço o aparte do Deputado Edilson.

Srs. Deputados, realmente a nossa região é carente não só de estradas, mas é carente de tudo.

Nós tivemos no Governo Jayme Canet já alguma coisa palpável que foi carregada para nossa região, principalmente para esses municípios que até então não tinham recebido nem um mínimo atendimento dos Poderes Públicos.

Nós temos hoje telefone, DDO, temos o serviço de água já implantados nesses municípios; temos posto de saúde implantados, construídos e já entregues à população nesses municípios; nós temos ginásios do Estado, todos recém-construídos e de alvenaria, todos mobiliados, já nestes municípios que até então não tinham nada e hoje já têm alguma coisa.

Mas falta, Srs. Deputados, o principal. É o principal o que é? Estradas que vão dar o que? Condições à nossa gente para que de lá tirem aquilo que plantam e que colhem.

Mas o Governo que nos deixou agora em 15 de março, deixou as estradas projetadas. Elas estão todas com os seus projetos concluídos, faltando tão somente a liberação do dinheiro, porque nós tivemos conhecimento que a Secretaria dos Transportes, no momento, encontra-se em situação difícil até para pagar os seus empreiteiros, que já construíram outras estradas no Estado do Paraná.

Mas, desde que haja essa compreensão, desde que haja esse entendimento dos Deputados que têm a obrigação e que, por certo, representarão aquela região condignamente, haveremos de, juntos, dar muita alegria e muita satisfação, aos nossos companheiros, aos nossos amigos de Nova Cantu, de Roncador, de Campina da Lagoa, que são os municípios mais carentes. Porque, Srs. Deputados, haveremos de dar um voto de confiança ao governo que entra, ao Governo Ney Braga que foi, no seu primeiro mandato, o governo mais realizador do Estado do Paraná, E se não realizou mais, foi porque pegou naquela oportunidade, este Estado totalmente no caos.

Mas, mesmo assim, Ney Braga levantou as finanças e deu

estrutura ao nosso Estado, desde o Banco do Estado que estava totalmente falido.

Foi Ney Braga, todos sabem disso, que deu o impulso ao nosso Estado para que ele se tornasse o celeiro agrícola e industrial do Brasil.

Hoje, Ney Braga volta a governar a nossa gente, o nosso Estado. E conclamo aos Srs. Deputados, principalmente da minha região, que somemos esforços. Em vez de criticarmos, indevidamente muitas vezes, que vamos à tribuna apresentar sugestões, que digam o que deve ser feito, e eu estarei aqui, nesta cadeira que também me foi confiada pelo povo do Paraná, ao lado dos meus colegas do MDB, para somarmos nossos esforços.

Tenho certeza, Srs. Deputados, que ao encerrarmos o nosso mandato, estaremos unido ao MDB e ARENA, para cumprimentar a nossa gente que é a beneficiada, porque ela não se beneficiará com nossas brigas, com nossas rixas, aqui no Estado do Paraná.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Coordenadoria Regional do INCRA, encarecendo agilização no fornecimento de cartas de anuência.— Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.ºs: 433/78 e 03/79.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 139 e 140/78.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Redação, com o fim específico de proceder sua instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental pelo Sr. Deputado AUGUSTO CARNEIRO e contando com as presenças dos Senhores Deputados Ezequias Losso, David Federmann e Leônidas Ferreira Chaves, representantes da Aliança Renovadora Nacional - ARENA, e os Senhores Deputados Fidelcino Tolentino, Renato Bernardi e José Antônio Del Ciel, representantes do Movimento Democrático Brasileiro — MDB. Verificada a existência de número legal o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão de Redação, anunciando a seguir a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio, verificou-se a maioria de votos nos oomes dos Senhores Deputados Ezequias Losso e Renato Bernardi, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para qual fora eleito o Senhor Deputado Ezequias Losso agradece a confiança nele depositada, pelos membros deste importante órgão técnico. O Senhor Presidente após determinar de que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas a existência de matéria de sua competência, convidou o funcionário Lélío Guimarães Sotto Maior, para exercer as funções de Secretário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) EZEQUIAS LOSSO

Presidente

RENATO BERNARDI

Vice-Presidente

Augusto Carneiro	Fidelcino Tolentino
David Federmann	José Antônio Del Ciel
Leônidas Ferreira Chaves	Lélio G. Sotto Maior
	Secretário

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

1a. SESSÃO LEGISLATIVA – 9a. LEGISLATURA

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e três dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e nove, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões do Plenário desta Assembléia Legislativa, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Francisco Escorsin e Egon Pudell, representantes da Aliança Renovadora Nacional e, Antônio Facci, Lineu Mansani Turra e Darcy Deitos, representantes do Movimento Democrático Brasileiro. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou da palavra o Deputado Francisco Escorsin, declarando abertos os trabalhos e instalada a Comissão de Tomada de Contas. Em seguida, anunciou a realização da eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente. Propôs então, o Deputado Antônio Facci, que os referidos cargos fossem preenchidos pelos Senhores Deputados Francisco Escorsin e Darcy Deitos, respectivamente, pelo que foi aceito por unanimidade. Ambos agradeceram a confiança com que foram distinguidos. A seguir, o Senhor Presidente designou a funcionária Eumênia de Oliveira, para secretariar a Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a Sessão, marcando outra para época oportuna; da qual, após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, por mim, Secretária e demais membros, para que produza os efeitos legais.

FRANCISCO ESCORSIN

Presidente

DARCY DEITOS

Vice-Presidente

Egon Pudell	Antônio Facci
Lineu Turra	Eumenia de Oliveira
	Secretária

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA

NONA LEGISLATURA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR A SITUAÇÃO PERTINENTE À EROSÃO, POLUIÇÃO, FLORESTAS E VASÃO DOS RIOS NO ESTADO DO PARANÁ.

No dia 26 de março de hum mil novecentos e setenta e nove, na sala de reunião das Comissões, presentes os Senhores Deputados Ezequias Losso, Quielse Crisóstomo da Silva, Lázaro Dumont, Augusto Carneiro, Deni Lineu Schwartz, Trajano Bastos e Gernote Kirinus, face o requerimento do Sr. Deputado Lázaro Dumont, consoante o que dispõe o Regimento Interno deste Poder, estabelecido nos seus artigos 34, § único, 36 - alínea "a", 37 e 38, instalou-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar o problema da Ecologia no Estado. Foram eleitos por unanimidade, os Senhores Deputados Lázaro Dumont e Trajano Bastos, para exercer, respectivamente, os cargos de Presidente e Vice-Presidente. Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Lázaro Dumont, agradeceu em seu nome e no do Deputado Trajano Bastos, pela distinção que lhes foi conferida e em seguida designou o Secretário da Comissão Paulo de Tarso de Oliveira Abbas, para exercer as funções de Secretário da referida Comissão Parlamentar que ora se instalou.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, convocando outra para o próximo dia quatro (04) de abril, quarta-feira, às 9,30 horas, na Sala das Comissões, da qual, para constar eu, Paulo de Tarso de Oliveira Abbas, lavrei a presente ata, que depois de aprovada, será pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim assinada, para que produza os seus efeitos legais.

LÁZARO DUMONT

Presidente

TRAJANO BASTOS

Vice-Presidente

Quielse Crisóstomo	Ezequias Losso
Deni Lineu Schwartz	Augusto Carneiro
Gernote Kirinus	Paulo de Tarso O. Abbas
	Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

9a. LEGISLATURA – 1a. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 1a. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho e presentes os Senhores Deputados: João Elísio Ferraz de Campos, Augusto Carneiro, Aírton Cordeiro, Nelson Friedrich, Renato Bernardi, Waldir Pugliese, Deni Schwartz, Fidelcino Tolentino e Werner Wanderer, conforme Resolução n.º 327/78. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata de Instalação, após requerida dispensa da leitura pelo Senhor Deputado Augusto Carneiro. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte ORDEM DO DIA: 1).– PROJETO DE LEI N.º 2/79, do Deputado Fabiano Braga Côrtes. Declara de utilidade pública a Fundação Assistencial e Educacional Nossa Senhora da Luz, Fundaluz, com sede nesta Capital. Relator Deputado Renato Bernardi. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 2).– PROJETO DE LEI N.º 7/79, do Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância da cidade de Coronel Vivida. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3).– PROJETO DE LEI N.º 10/79, do Deputado Dácio Leonel. Declara de utilidade pública a Legião Mirim de Rolândia. Relator, Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4).– PROJETO DE LEI N.º 12/79, do Poder Executivo.– Mensagem n.º 19/79, encaminhando anteprojeto de Lei que estabelece nova sistemática ao Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura. Relator, Deputado João Elísio Ferraz de Campos. Deferida vista ao Deputado Deni Schwartz. 5).– PROJETO DE LEI N.º 13/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 23/79, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre permuta de terreno em Guaraniaçu. Relator, Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 6).– PROJETO DE LEI N.º 195/78, do Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Assegura enquadramento aos professores do Ensino Regionalista, nível 3, como específica. Relator Deputado Augusto Carneiro. Requer seja convertido em diligência junto à Secretaria de Educação e Cultura. Deferido. 7).– PROPOSIÇÃO N.º 1/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 160/78, encaminhando Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Nova Londrina, para execução de obras de combate à erosão.– Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 8).– PROPOSIÇÃO N.º 3/79, do Poder Executivo.– Ofício n.º 14/79, encaminhando veto parcial aposto ao Projeto de Lei n.º 202/78, oriundo de Mensa -

Mensagem Governamental, que dispõe sobre a Simbologia DAS nesta Assembléia Legislativa, como especifica. Relator, Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL à apreciação pelo Plenário. Aprovado. 9).— PROPOSIÇÃO N.º 4/79, do Poder Executivo. Ofício n.º 15/79, encaminhando veto aposto ao Projeto de Lei n.º 198/78, oriundo de Mensagem Governamental, que dispõe sobre o Grupo Ocupacional Engenharia e Arquitetura, como especifica. Relator, Deputado João Elízio Ferraz de Campos. Deferida vista ao Deputado Deni Schwartz. 10).— PROPOSIÇÃO N.º 16/79, do Poder Executivo. Mensagem encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Parana-poema, para execução de obras de combate à erosão urbana. Relator Deputado Renato Bernardi. Parecer FAVORÁVEL, com Projeto de Resolução. Aprovado. 11).— PROPOSIÇÃO N.º 17/79, do Poder Executivo. Mensagem encaminhando cópia dos convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios de Marilena e São Tomé, para execução de obras de combate à erosão urbana. Relator, Deputado Renato Bernardi. Parecer FAVORÁVEL, com Projeto de Resolução. Aprovado. 12).— PROPOSIÇÃO N.º 27/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 16/79, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Santa Cecília do Pavão, para aplicação de recursos que especifica. Relator, Deputado Renato Bernardi. Parecer FAVORÁVEL, com Projeto de Resolução. Aprovado. 13).— PROPOSIÇÃO N.º 32/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 25/79, encaminhando cópia do convênio celebrado entre os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina — SUDESUL, para fins que especifica. Relator, Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL, com Projeto de Resolução. Aprovado. 14).— PROPOSIÇÃO N.º 37/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 31/79, encaminhando cópia dos convênios celebrados entre o Governo do Estado e os

Municípios de Paranaguá, Marilândia do Sul e Altônia, para execução de reparos em prédios que especifica. Relator, Deputado Aírton Cordeiro. Parecer FAVORÁVEL, com Projeto de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzidos efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Gilberto Carvalho, pelos Senhores Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

(aa) GILBERTO CARVALHO

Presidente

RITA SOARES BERTOLI

Secretária

Portaria:

PORTARIA N.º 177/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2348, de 19 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, ARMANDO SOICHI IWAIA, matrícula n.º 142, ocupante do cargo de nível PL“29”, da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral